



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e
Práticas Educativas
IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

"CRIAÇÕES DOCENTES E REIVENÇÕES CURRICULARES: escritas com outros mundos possíveis"

A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DE LINGUAGEM E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: desafios para o professor de Língua Portuguesa e Literaturas

Lucas Toledo de Andrade (PPGENS/UNOPAR)¹
Monica Dias Bughi (SME-LONDRINA; PPGENS/UNOPAR)²

Este trabalho buscará refletir sobre o modo como a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 2018, impacta o trabalho do professor de Língua Portuguesa e Literaturas em sala de aula, uma vez que o documento em questão parece limitar as propostas de ensino baseadas em uma visão dialógica da linguagem. Para isso, este artigo realizará uma análise crítica de partes da BNCC (2018) a partir da perspectiva dos processos de ensino de Língua Portuguesa e Literaturas orientados pela concepção dialógica da linguagem e refletirá sobre possíveis mudanças nas práticas do componente curricular em questão diante das exigências curriculares desse documento de caráter normativo. Para atingir esses objetivos, foi conduzida uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, visando estabelecer reflexões sobre a homologação da BNCC e o processo de ensino e de aprendizagem de Língua Portuguesa, usando, brevemente, como exemplo, a realidade das escolas estaduais do estado do Paraná. Espera-se que este estudo apresente a forma como a BNCC pode afetar o processo de ensino e de aprendizagem do componente curricular já mencionado e, conseqüentemente, o trabalho, a partir da concepção dialógica de linguagem, realizado pelos professores.

Palavras-chave: Concepção dialógica de linguagem. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Processo de ensino e de aprendizagem de Língua Portuguesa e Literaturas.

THE DIALOGICAL CONCEPTION OF LANGUAGE AND THE BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: challenges for Portuguese Language and Literature teachers

This paper aims to reflect on how the approval of the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) in 2018 impacts the work of Portuguese Language and Literature teachers in the classroom, given that the document in question seems to limit teaching proposals based on a dialogical view of language. Thus, this work will conduct a critical analysis of parts of the BNCC (2018) from the perspective of Portuguese Language and Literature teaching processes oriented by the dialogical conception of language and will reflect on possible changes in the practices of this curricular component in light of the curricular demands of this normative document. To achieve these objectives, a qualitative and bibliographic research was conducted, aiming to establish reflections on the approval of the BNCC and the process of teaching and learning Portuguese Language, briefly using the reality of state schools in the state of Paraná as an example. It is hoped that this study will present how the BNCC can affect the teaching and learning process of Portuguese Language and Literatures and,

¹ Professor de Língua Portuguesa e Literaturas na Educação Básica na rede privada de ensino. Professor do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias na Universidade Pitágoras Anhanguera Unopar.

² Coordenadora Pedagógica no Centro Municipal de Educação Infantil Durvalina Pereira Oliveira de Assis, em Londrina - PR. Mestranda do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias na Universidade Pitágoras Anhanguera Unopar.

Organização:



Fomento:



João Pessoa - Paraíba, 25, 26 e 27 de setembro de 2024



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e
Práticas Educativas
IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

"CRIAÇÕES DOCENTES E REIVENÇÕES CURRICULARES: escritas com outros mundos possíveis"

consequently, the work based on the dialogical conception of language carried out by the teachers of this curricular component.

Keywords: Dialogical conception of language. Base Nacional Comum Curricular. Teaching and Learning Process of Portuguese Language and Literatures.

LA CONCEPCIÓN DIALÓGICA DEL LENGUAJE Y LA BASE NACIONAL COMÚN CURRICULAR: desafíos para el profesor de Lengua Portuguesa y Literaturas

Este trabajo buscará reflexionar sobre la manera en que la homologación de la Base Nacional Común Curricular (BNCC), 2018, impacta el trabajo del profesor de Lengua Portuguesa y Literaturas en el aula, ya que dicho documento parece limitar las propuestas de enseñanza basadas en una visión dialógica del lenguaje. Por lo tanto, este trabajo realizará un análisis crítico de partes de la BNCC (2018) desde la perspectiva de los procesos de enseñanza de Lengua Portuguesa y Literaturas orientados por la concepción dialógica del lenguaje y reflexionará sobre posibles cambios en las prácticas de este componente curricular ante las exigencias curriculares de este documento de carácter normativo. Para alcanzar estos objetivos, se llevó a cabo una investigación cualitativa y bibliográfica, con el fin de establecer reflexiones sobre la homologación de la BNCC y el proceso de enseñanza y aprendizaje de Lengua Portuguesa, utilizando brevemente como ejemplo la realidad de las escuelas estatales del estado de Paraná. Se espera que este estudio presente la forma en que la BNCC puede afectar el proceso de enseñanza y aprendizaje de Lengua Portuguesa y Literaturas y, en consecuencia, el trabajo, a partir de la concepción dialógica del lenguaje, realizado por los profesores de este componente curricular.

Palabras clave: Concepción dialógica del lenguaje. Base Nacional Común Curricular (BNCC). Proceso de enseñanza y aprendizaje de Lengua Portuguesa y Literaturas.

INTRODUÇÃO

Antes mesmo da aprovação oficial da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, já havia uma grande movimentação no ambiente acadêmico para discutir e pesquisar as implicações desse documento normativo na Educação Básica de forma geral. Isso não foi diferente na área de Língua Portuguesa e Literaturas. Todavia, entendemos que devido à curta distância temporal, o tema ainda precisa ser explorado de maneira mais aprofundada.

Sendo assim, observaremos as tensões entre a BNCC e a atuação dos professores de Língua Portuguesa e Literaturas, tentando entender a importância de os docentes entenderem de maneira crítica um documento normativo que busca, em muitos momentos, restringir propostas de ensino baseadas em uma visão dialógica da linguagem, uma vez que se vale de uma "lógica de eficiência empresarial" (Macedo, 2015, p.899).

Organização:



Apoio:



Fomento:



João Pessoa - Paraíba, 25, 26 e 27 de setembro de 2024



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e
Práticas Educativas
IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

"CRIAÇÕES DOCENTES E REIVENÇÕES CURRICULARES: escritas com outros mundos possíveis"

Reconhecemos, dessa forma, a importância das próprias escolas se colocarem como espaços de análise crítica da BNCC (2018) para, assim, os professores entenderem seus possíveis desdobramentos no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos. Além disso, é válido mencionar a importância de os professores, nesse caso de Língua Portuguesa e Literaturas, após essa leitura atenta do documento, encontrarem formas de trabalhar com gêneros discursivos e literários no espaço escolar tendo como base a perspectiva dialógica da linguagem.

A partir dessa breve contextualização, podemos dizer que o nosso objetivo é entender os possíveis desdobramentos provocados pela BNCC (2018) nas práticas de ensino de Língua Portuguesa e Literaturas dentro de uma perspectiva dialógica da linguagem. Para ilustrar esse fato, trataremos, brevemente, do ensino de Língua Portuguesa e Literaturas nas escolas estaduais paraenses.

Desse modo, ao longo deste estudo, almejamos contribuir com uma discussão mais aprofundada sobre os desafios do professor de Língua Portuguesa e Literaturas diante da BNCC, incentivando uma abordagem reflexiva, que se proponha a pensar em caminhos para o trabalho com gêneros discursivos e literários no contexto escolar.

DESENVOLVIMENTO

1. PRIMEIRAS DISCUSSÕES

É possível dizer que a criação de uma base nacional comum começou a ser pensada em 1988 a partir da promulgação da Constituição Federal (CF). A CF, no Artigo 210, antevê a necessidade de "conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum" (Brasil, 1988).

Este artigo destaca a necessidade de garantir um padrão para a educação básica em um país de tamanho continental, como o Brasil, o que poderia garantir a promoção do desenvolvimento completo do aluno. O parágrafo 1º, do Artigo 210, sugere ainda a colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e municípios para atingir esses objetivos, o que mostra a importância de uma espécie de pacto nacional referente aos conteúdos a serem trabalhados na educação básica.

Notamos assim que, embora, a Constituição não mencione de forma explícita a criação de uma base comum para todo o território nacional, ela apresenta, em certa medida, os fundamentos

Organização:



Apoio:



Fomento:



João Pessoa - Paraíba, 25, 26 e 27 de setembro de 2024



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e
Práticas Educativas
IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

"CRIAÇÕES DOCENTES E REIVENÇÕES CURRICULARES: escritas com outros mundos possíveis"

para políticas educacionais que busquem qualidade, universalidade e equidade no ensino, elementos que corroboram com a noção de uma base comum que oriente o currículo nacional. Dessa forma, já estava presente na Constituição de 88, os princípios gerais, leis e normas específicas que regulamentariam a implementação de um documento como a BNCC.

2. HOMOLOGAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: BREVE CRONOTOPIA

Os marcos mais recentes, que resultaram nos textos da BNCC para a Educação Infantil ao Ensino Fundamental Anos Finais, homologada em 2017, e para o Ensino Médio, homologada em 2018, são frutos de discussões iniciadas em 2014 a partir da regulamentação do Plano Nacional da Educação (PNE).

É válido dizer que as discussões que giram em torno da homologação da BNCC são frutos de uma “cronotopia” (Bakhtin, 2010) bem específica. Podemos citar as manifestações de junho de 2013 como um marco desse momento histórico. Esse movimento tornou visível algumas rachaduras existentes nos jovens alicerces da democracia brasileira, o que levaria, futuramente, à eleição de um governo de tendências autoritárias e posturas e antidemocráticas.

Além disso, a aprovação dos textos que resultaram na BNCC refletia também a influência do neoliberalismo nos processos educacionais, algo iniciado na década de 90. A partir desse momento, segundo Geraldi (2015), notamos que a educação passa a ser observada pela lógica da produtividade e dos lucros, algo que está presente na Base Nacional Comum Curricular que, segundo fontes oficiais da época, foi construída com ampla participação da sociedade e da academia. Contudo, sabemos que a aprovação do texto final considerou de forma decisiva interesses de grupos específicos, como a “Fundação Lemann”, o “Instituto Ayrton Senna” e o “Todos pela Educação”.

Sendo assim, o caráter democrático amplamente divulgado parecia mascarar um texto que desconhecia ou ainda ignorava parte importante da realidade brasileira. Nesse contexto, é possível perceber que o documento referente ao Ensino Médio parecia ainda mais problemático, gerando, de acordo com Callegari (2018), uma fragmentação na educação básica, que ainda intensificava a profunda desigualdade existente na realidade brasileira. Devido a isso, muitos movimentos sociais ligados à educação passaram a reivindicar a revisão ou revogação do Novo Ensino Médio.

Organização:



Apoio:



Fomento:



João Pessoa - Paraíba, 25, 26 e 27 de setembro de 2024



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e
Práticas Educativas
IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

"CRIAÇÕES DOCENTES E REIVENÇÕES CURRICULARES: escritas com outros mundos possíveis"

3. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O PROCESSO DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS

Diante da perspectiva histórica apresentada, podemos buscar entender as implicações da homologação da BNCC nos processos de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa e suas Literaturas que levam em conta a concepção dialógica de linguagem. Sabemos que desde os Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental (PCN), de 1998, e os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (PCNEM,) de 2000, que a concepção da linguagem como interação, advindo dos estudos da linguística da enunciação (Geraldí, 2011), domina as práticas de ensino e aprendizagem em Língua Portuguesa e suas Literaturas. A BNCC seguiu a mesma linha teórica dos PCN e PCNEM.

Dentro dessa concepção, que se centra em três práticas: leitura de textos, produção de textos e análise linguística (Geraldí, 2011), o texto oral ou escrito é a unidade fundamental de ensino da língua. Assim, o trabalho com gêneros discursivos (Bakhtin, 1997) e literários deveria ser central nos processos de ensino e aprendizagem.

Todavia, o trabalho com gêneros discursivos e literários em suas diversas semioses, a partir de uma "dimensão interacional e discursiva" da linguagem (Antunes, 2003), esbarra nas exigências e fragilidades de um documento criado para atender a demandas externas às escolas, como alguns tipos de avaliações. O conceito de "competências" e "habilidades" tão marcados na Base revelam um vocabulário próprio do mundo empresarial, o que se relaciona diretamente com esses processos avaliativos e à necessidade de uma escola que deve o tempo todo buscar resultados.

Entendemos, assim, que essas avaliações moldam o cotidiano das escolas e todo o processo de ensino e aprendizagem, gerando dados estatísticos usados para propaganda política, alimentando também empresas de consultoria (Geraldí, 2015). Sabemos que, em alguns estados, como Paraná e São Paulo, professores e gestores têm suas rendas e planos de carreira impactados por não cumprirem essas exigências, recusando-se a alimentar a "política de outdoor" e o espírito empresarial que tem dominado boa parte das escolas brasileiras.

Nesse contexto, o trabalho com uma concepção dialógica e interativa da linguagem (Antunes, 2003) é colocado em xeque. Afinal, como trabalhar com a língua em funcionamento, a

Organização:



Fomento:



João Pessoa - Paraíba, 25, 26 e 27 de setembro de 2024



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e
Práticas Educativas
IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

"CRIAÇÕES DOCENTES E REIVENÇÕES CURRICULARES: escritas com outros mundos possíveis"

partir da perspectiva de teóricos como Bakhtin (1997), Volóchinov (2017) e Benveniste (1976) e ao mesmo tempo corresponder a processos de ensino artificiais e avaliações classificatórias? Como desenvolver propostas de ensino, projetos de letramento e materiais didáticos a partir de aulas voltadas para testes e avaliações em larga escala? A lógica de um documento “de caráter normativo que define o conjunto [...] de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo [...] da Educação Básica” (Brasil, 2017, p.7) acaba coibindo a criatividade do professor e as propostas de ensino de longa duração.

4. OS DESAFIOS DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS NO CONTEXTO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Para iniciar essas discussões, convém lembrar das “sinalizações de pontos de partida” usadas por Geraldi (2013), em *Portos de passagem*. Na obra em questão, o autor nos mostra a observação do sucesso ou fracasso do ensino da linguagem como algo complexo, que envolve “causas que não se fixam em um único lugar” (Geraldi, 2013, p. 1), por isso ele ressalta a importância de se adotar “um posto de observação”.

A escolha desse posto de observação, de acordo com esse estudioso, traz riscos, pois somos homens “nascidos na história e constrangidos pela história” (Geraldi, 2013, p. 4), por isso “estamos sempre definindo rotas” (Geraldi, 2013, p. 4). Levando isso em consideração, definimos como nossas rotas uma breve observação da escola pública paranaense, colocando foco, sobretudo, na condição do docente em exercício na atualidade.

Para isso, tomo como ponto de partida diversas notícias e relatos lidos e ouvidos nos últimos tempos que mostram o rebaixamento da figura do professor nas escolas do estado do Paraná. Notamos que, em muitos casos, o docente deixa de ser um “profissional reflexivo” (SCHÖN, 1992), um agente das suas práticas, para tornar-se “reprodutor” de conteúdos e uma espécie de “treinador” para a resolução de avaliações de larga escala.

Notícias como a intitulada “Uso obrigatório de *apps* em colégios gera impasse entre professores e governo do PR: ‘Transforma a escola em fábrica de números e índices’”³, publicada, em outubro de 2023, no *GI*, mostra algumas das questões alarmantes vivenciadas pelos professores

³ A notícia pode ser lida no seguinte endereço eletrônico: <https://x.gd/peeHd>.



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e
Práticas Educativas
IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

"CRIAÇÕES DOCENTES E REIVENÇÕES CURRICULARES: escritas com outros mundos possíveis"

nas escolas públicas paranaenses, que resultaram, por exemplo, em uma nota do Departamento de Literatura e Linguística da Universidade Federal do Paraná (DELLIN/UFPR)⁴, mostrando repúdio à plataformação do ensino de Língua Portuguesa e Literaturas no estado.

É preciso dizer que o uso de aplicativos e plataformas digitais são fundamentais em tempos como os nossos, porém eles precisam ter ligação direta com práticas em sala de aula, levando em consideração a criatividade do professor e a realidade dos alunos, algo mostrado, por exemplo, por Silva (2016), em sua tese "Literatura e jogos digitais: perspectivas e reflexões para uso de novas tecnologias na educação básica"

Notícias como as do *GI* (2023) e notas de repúdio como a emitida pelo DELLIN/UFPR mostram que o uso de plataformas e aplicativos está sendo imposto aos professores e alunos do estado. Nesse caso, a aparente inserção do Paraná na "cultura digital", tão citada na BNCC (2018), prejudica os processos de ensino e de aprendizagem e impossibilita, inclusive, um trabalho que leve em conta a concepção dialógica da linguagem.

Pensar a escola a partir da concepção dialógica e, conseqüentemente, do dialogismo bakhtiniano (Bakhtin, 2013), é entendê-la como um espaço formado por uma teia de discursos situados historicamente e ideologicamente. É entender, ainda, que cada indivíduo da comunidade escolar possui uma voz anterior à própria experiência naquele espaço, de acordo com Geraldi (2013, p. 119): "todo menino que vem sentar-se no banco de uma escola traz consigo, sem consciência de tal, o conhecimento prático dos princípios da linguagem, o uso dos gêneros, dos números, das conjugações [...]". Essas tantas vozes também formam a escola. A escola, sendo assim, é múltipla, carregada de significados, rica em sentidos, que devem ser considerados em aulas guiadas pela concepção dialógica da linguagem.

Para citarmos um exemplo de prática de ensino que leva em conta essa concepção de linguagem, podemos tratar da tese de Liliane Pereira (2020), intitulada "Formação colaborativa de professores e projeto de letramento: um olhar reflexivo sobre a realidade dos alunos".

Nesse trabalho, Pereira (2020) realizou um projeto de letramento (Kleiman, 2000) a partir da observação de um problema que afetava toda a comunidade escolar, a saber: o descarte irregular de lixo em um terreno baldio próximo à escola. Esse projeto de longa duração não só ouviu a "voz" dos alunos, como mobilizou a ação de diversos indivíduos.

⁴ A nota pode ser lida no seguinte endereço eletrônico: <https://x.gd/6LBZQ>.



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e
Práticas Educativas
IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

"CRIAÇÕES DOCENTES E REIVENÇÕES CURRICULARES: escritas com outros mundos possíveis"

Pereira (2020) mostra que, a partir das necessidades oriundas da vida dos participantes do projeto de letramento, os gêneros discursivos eram ensinados. Por exemplo: a carta de reclamação foi usada para mostrar a indignação dos alunos em relação ao problema vivenciado; as letras de *rap* serviram como forma de denúncia e conscientização acerca do problema enfrentado pela comunidade. A produção textual, nesse sentido, foi realizada levando em conta situações e inconformismos reais daqueles estudantes.

Os estudantes que participaram do projeto de letramento, divulgado no trabalho de Pereira (2020), realizaram práticas de leitura e escrita, movidos por aquilo que Geraldi (2015) chama de exercício da escrita, “entendido [...] como construção de autorias, de trabalho entre sujeitos” (Geraldi, 2015, p. 392).

A experiência de Pereira (2020), enquanto agente de letramento (Kleiman, 2006), nos mostra a relevância de um professor criativo, crítico e capaz de inovar ao ouvir e entender o seu espaço de trabalho, revelando a importância da concepção dialógica de linguagem.

A homologação da BNCC, em certa medida, trouxe dificuldades para a execução de experiências como as apresentadas acima. Não porque impossibilita o trabalho com gêneros discursivos variados, algo até realizado em excesso, conforme nos diz Geraldi (2015), mas porque bloqueia a possibilidade de projetos diferenciados (Geraldi, 2015).

Notamos que a BNCC, de forma geral, transforma os docentes, os discentes e as escolas brasileiras em entidades de discurso monológico, uma vez que “todos os alunos” (Brasil, 2017, p. 7) devem se apropriar de aprendizagens essenciais ao fim de determinado segmento.

Entendemos, assim, que é importante o professor da Educação Básica conhecer criticamente a BNCC e as implicações dela em sua prática cotidiana. O professor, enquanto um ser reflexivo, deve compreender o documento normativo que baliza a sua experiência enquanto profissional, algo, que, infelizmente, parece alheio à realidade de muitos educadores, que se deixam levar pela “maré”, em muitos casos, devido à própria lógica desgastante e cansativa da profissão.

Além disso, consideramos necessário que os professores em exercício reflitam também sobre a concepção dialógica de linguagem. Podemos dizer, sem muito medo de errar, que há, ainda, muitos professores que trabalham a Língua portuguesa e as Literaturas de forma tradicional, levando em conta as concepções de linguagem como expressão do pensamento, ou de linguagem

Organização:



Apoio:



Fomento:



João Pessoa - Paraíba, 25, 26 e 27 de setembro de 2024



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e
Práticas Educativas
IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

"CRIAÇÕES DOCENTES E REIVENÇÕES CURRICULARES: escritas com outros mundos possíveis"

como instrumento de comunicação (Geraldi, 2011), mantendo “a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas” (Antunes, 2003, p. 19).

Sendo assim, qualquer discussão a respeito da BNCC deve passar também por uma discussão a respeito da concepção de linguagem adotada pelo documento, capaz de “corroer a identidade atual do professor de língua portuguesa” (Geraldi, 2013, p. 97).

Certamente, a compreensão crítica, por parte dos docentes, do seu momento histórico, da BNCC (2018) e das concepções de linguagem que regem a sua prática pode servir como dispositivo para a criação de propostas educacionais criativas que, perfurando a lógica que rege esses tempos, permitam ao professor ser “água que corre entre pedras”, valendo-se aqui da bela metáfora do poeta Manoel de Barros, usada, por Mendes (2020), como mote para as discussões do seu artigo, que trata da relação entre a BNCC e professor de Língua Portuguesa e Literaturas.

Compreendemos, assim, que é fundamental, segundo Geraldi (2003) que o professor entenda que o seu trabalho em sala de aula é uma opção política

Antes de qualquer consideração específica sobre a atividade de sala de aula, é preciso que se tenha presente que toda e qualquer metodologia de ensino articula uma opção política – que envolve uma teoria de compreensão e interpretação da realidade – com os mecanismos utilizados em sala de aula. (Geraldi, 2003, p. 34)

Uma vez que para o autor a escolha da concepção de linguagem com que se trabalha se relaciona diretamente a um ato político, pois a adoção da concepção dialógica de linguagem como fundamento para o trabalho com os gêneros discursivos na escola leva em conta uma escola viva, com sujeitos que usam a língua nas ações cotidianas:

Estudar a língua é, então, tentar detectar os compromissos que se criam por meio da fala e as condições que devem ser preenchidas por um falante para falar de certa forma em determinada situação concreta de interação. (Geraldi, 2003, p. 36).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões apresentadas, percebemos que a implementação da BNCC pode trazer significativas implicações para o ensino de Língua Portuguesa e suas Literaturas. A necessidade de uma base curricular nacional que padronize o ensino básico em um país continental

Organização:



Fomento:



João Pessoa - Paraíba, 25, 26 e 27 de setembro de 2024



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e
Práticas Educativas
IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

"CRIAÇÕES DOCENTES E REIVENÇÕES CURRICULARES: escritas com outros mundos possíveis"

como o Brasil encontra suas raízes na Constituição Federal de 1988, mas seu desenvolvimento e homologação refletem um contexto histórico, político e econômico complexo, marcado por influências neoliberais e por interesses de grupos específicos.

A análise das práticas de ensino a partir de uma perspectiva dialógica da linguagem mostra que, embora a BNCC siga a linha teórica dos Parâmetros Curriculares Nacionais, sua aplicação prática enfrenta desafios, por exemplo, a lógica de eficiência empresarial e a ênfase em avaliações externas que moldam o cotidiano escolar, muitas vezes, restringindo a criatividade e a autonomia dos professores. Isso é, particularmente, evidente em estados como Paraná, em que a imposição de plataformas digitais tem gerado resistência entre os docentes e dificultado um trabalho que leve em consideração a concepção dialógica de linguagem.

Os exemplos de práticas pedagógicas inovadoras, como o projeto de letramento descrito por Liliane Pereira (2020), ilustram a importância de uma abordagem que considere a realidade dos alunos e promova a autoria e a interação. Tais iniciativas evidenciam que é possível trabalhar com gêneros discursivos e literários de forma significativa, mesmo diante das restrições impostas pela BNCC.

Assim, é importante que os professores de Língua Portuguesa e Literaturas compreendam criticamente a BNCC e as concepções de linguagem que a sustentam. Essa compreensão permite que os educadores desenvolvam propostas educacionais criativas, que valorizem a diversidade de vozes e experiências presentes no ambiente escolar. Ao adotar uma postura reflexiva e política, os docentes podem resistir às pressões de um sistema educacional que tende à homogeneização e ao controle, buscando sempre o desenvolvimento integral dos alunos.

Portanto, a discussão sobre a BNCC deve ser contínua e aprofundada, envolvendo não apenas a análise crítica do documento, mas também a formação de professores comprometidos com uma educação dialógica e emancipadora. Somente assim será possível construir uma prática pedagógica que vá além das competências e habilidades prescritas, promovendo uma educação que realmente faça sentido para os alunos e que contribua para a transformação social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Editorial, 2003.

Organização:



Fomento:



10

João Pessoa - Paraíba, 25, 26 e 27 de setembro de 2024



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e
Práticas Educativas
IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

"CRIAÇÕES DOCENTES E REIVENÇÕES CURRICULARES: escritas com outros mundos possíveis"

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de M. E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral**. Tradução de M. G. Novak e L. Neri. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://x.gd/Gn20f>. Acesso em: 29 de jun. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério de Educação e Cultura, 2018. Disponível em: <https://x.gd/jOUTw>. Acesso em: 29 de jun. de 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

CALLEGARI, C. **Carta aos conselheiros do Conselho Nacional de Educação - César Callegari renuncia à presidência da comissão da BNCC**. Disponível em: <https://x.gd/ED5Nn>. Acesso em: 02 out. 2020.

GERALDI, J. W. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 381-396, jul./dez. 2015.

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2011.

GERALDI, J. W. **Pontos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KLEIMAN, Ângela. O processo de aculturação pela escrita: ensino de forma ou aprendizagem da função? In: KLEIMAN, Ângela; SIGNORINI, Inês (Orgs.). **O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.p.223-243.

KLEIMAN, Ângela. Processos identitários na formação profissional. O professor como agente de letramento. In: CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves; BOCH, Françoise (Orgs.). **Ensino de língua: representação e letramento**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2006.p.75-91.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, out.-dez., 2015.

MENDES, N. BNCC e o professor de literatura: água que corre entre pedras. **Teias**, v. 21, n. 63, p. 135 – 147, out./dez. 2020.

Organização:



Fomento:



João Pessoa - Paraíba, 25, 26 e 27 de setembro de 2024



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e
Práticas Educativas
IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

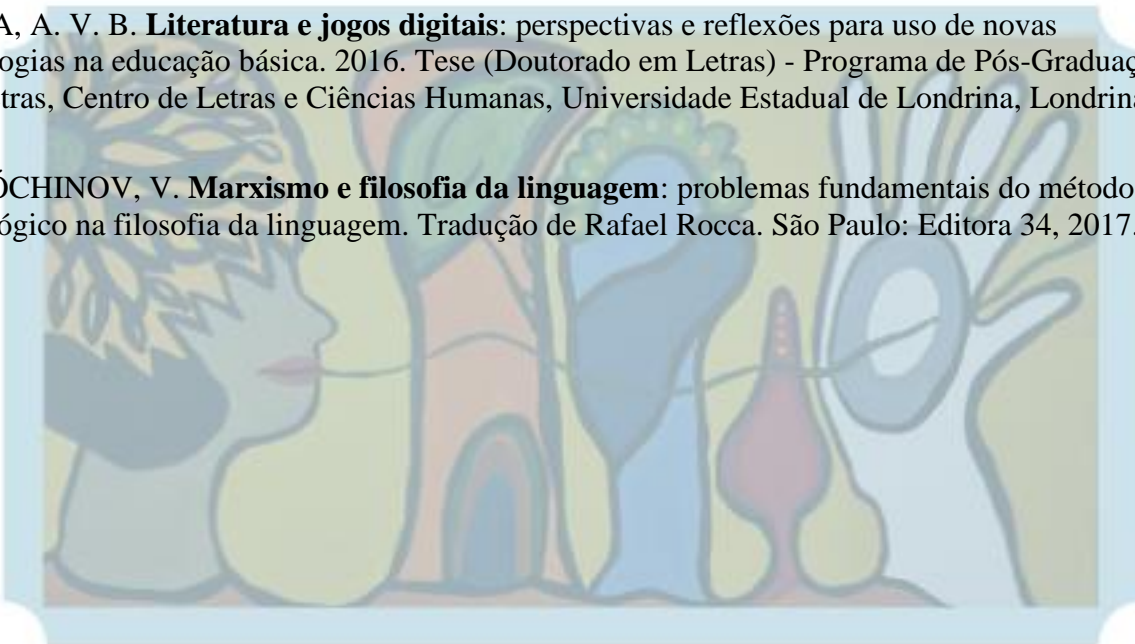
"CRIAÇÕES DOCENTES E REIVENÇÕES CURRICULARES: escritas com outros mundos possíveis"

PEREIRA, L. **Formação colaborativa de professores e projeto de letramento: um olhar reflexivo sobre a realidade dos alunos.** 2020. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SILVA, A. V. B. **Literatura e jogos digitais: perspectivas e reflexões para uso de novas tecnologias na educação básica.** 2016. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na filosofia da linguagem.** Tradução de Rafael Rocca. São Paulo: Editora 34, 2017.



Organização:



Fomento:



12

João Pessoa - Paraíba, 25, 26 e 27 de setembro de 2024